



José Gabriel Ávila*

O que espero de 2024

“De um momento para o outro, e sem que se esperasse, ocorreu o “boom” turístico. Os empresários açorianos responderam de imediato e, com apoios de fundos europeus, os Açores passaram de um arquipélago desconhecido, à ribalta dos melhores destinos. Espera-se que tal continue, com a qualidade exigida, e que as valias financeiras daí resultantes abranjam também os trabalhadores do setor, cuja representação sindical ou é inexistente ou está moribunda.”

A poucas horas do início de mais um ano, encaro 2024 com expectativa e esperança de que a vida melhore. Sobretudo para quem sofre os efeitos das doenças, da guerras e dos ódios destruidores da paz e da convivência humana. Não são estes os votos que todos desejamos?

O cidadão comum atribui aos governantes das nações, aos políticos e aos eleitos democráticos, grandes responsabilidades pela melhoria das condições de vida. Afinal, são eles que superiormente decidem as relações entre os povos, promovem a guerra e a paz; são eles que administram os exércitos e o poder das armas; são eles que gerem as funções primordiais dos estados: os direitos à vida, à saúde, ao ensino e educação, à habitação, ao emprego.

Os dinheiros públicos arrecadados junto dos cidadãos, constituem um fator poderosíssimo nas opções do crescimento económico e do desenvolvimento humano, pelo que há que ter o máximo cuidado nas escolhas que os cidadãos fazem quando elegem os seus representantes democráticos.

2024 será um ano de três eleições: regionais, nacionais e europeias.

Qualquer uma delas marcará o nosso futuro pelas opções que forem tomadas no domínio público.

À partida, os eleitores açorianos não estão em pé de igualdade com os cidadãos do continente português, nem de outros cidadãos europeus. Razões de vária ordem, que não vêm agora ao caso, justificam o nosso atraso económico e o desenvolvimento humano.

Mesmo por isso exige-se que as dez candidaturas apresentadas ao ato eleitoral de 4 de fevereiro apresentem as suas propostas e soluções para superarmos o estágio de desenvolvimento em que nos encontramos.

E como a natureza não dá saltos, há que definir objetivos e etapas. De outro modo, não chegaremos lá. A experiência tem demonstrado que alguns dos grandes investimentos públicos não trouxeram a mais-valia que se esperava.

É verdade que muitas infraestruturas foram construídas: portos, estradas, aeroportos, escolas, hospitais e nem todas as necessidades neste campo são satisfatórias. Todavia, parece-nos que importa avaliar o percurso para reorientar os investimentos públicos, já que a situação social e demográfica o impõe.

A quase meio século de celebrarmos a criação da autonomia constitucional democrática, impõe-se repensar os nossos destinos, corrigir projetos e delinear um novo modelo de desenvolvimento regional.

Nos últimos anos, os Açores receberam contributos e sugestões importantes ao desenvolvimento de potencialidades ainda não valorizadas. Refiro-me a investimentos no aproveitamento dos fundos marinhos da enorme Zona Económica Exclusiva, que impliquem a investigação e prospeção científicas; da nossa localização geográfica e do aproveitamento das suas potencialidades para experiências aeroespaciais; das capacidades estratégicas resultantes da nossa implantação no Atlântico Norte, entre as Américas e a fronteira da Europa e do que isso acarreta para a navegação marítima transatlântica. Neste domínio, o crescimento do turismo de cruzeiros indicia novas vantagens que todas as ilhas poderão beneficiar desde que preparadas para programas específicos que já começam a surgir.

De um momento para o outro, e sem que se esperasse, ocorreu o “boom” turístico. Os empresários açorianos responderam de imediato e, com apoios de fundos europeus, os Açores passaram de um arquipélago desconhecido, à ribalta dos melhores destinos. Espera-se que tal continue, com a qualidade exigida, e que as valias financeiras daí resultantes abranjam também os trabalhadores do setor, cuja representação

sindical ou é inexistente ou está moribunda.

Espero que as forças políticas candidatas à Assembleia Legislativa Regional não façam de slogans publicitários e de discursos de apelo ao voto o fulcro das suas ações de campanha.

É imenso o trabalho político para convencer o cidadão de que ele é a raiz do poder democrático e que não pode deixar na mãos de outros o processo electivo.

É para acabar com o “eles querem é o poder” e “são todos iguais” que as forças políticas devem expressar-se de forma a que as suas propostas sejam entendidas e consideradas.

Esta não é uma eleição para a Assembleia de Freguesia ou para a Câmara Municipal em que a construção o arranjo de um caminho ou a amizade com este ou aquele candidato pesam muito no ato de votar.

São eleições sobre o futuro da nossa terra: sobre que tipo de desenvolvimento, de agricultura e pescas, de turismo, de saúde, de educação e ensino melhor respondem às necessidades de uma população cada vez mais envelhecida e às jovens gerações, cada vez em menor número, mas com ânsias de partir para mais tarde voltar.

É, pois, urgente pensar no declínio demográfico e como contrariá-lo, sem o que o desenvolvimento e o bem-estar social serão prejudicados. Sem receios e sem preconceitos. Afinal também nós somos descendentes de outras regiões euro-africanas, de outras culturas e construímos, ao longo dos séculos, a açorianidade.

Gostaria que 2024 sinalizasse uma viragem no discurso político dos candidatos e futuros governantes, que pusesse de lado as mensagens sem ideias, repetitivas, medíocres, popularuchas, agressivas e maldizentes e valorizasse a apresentação e discussão de propostas sérias e bem-fundamentadas.

Se assim for, os cidadãos, com a sua sabedoria, saberão escolher os melhores.

